



## Segurança e disciplina: retóricas da vigilância na publicidade imobiliária no Recife

MARCELA BARBOSA LINS<sup>1</sup>

### Resumo

A publicidade imobiliária evoca afetos, constrói simbolicamente mundos e legitima formas de vida. Ao longo dos anos, foram diversos os recursos retóricos empreendidos para a venda e mobilização de desejos acerca do habitar e ocupar a cidade. No Recife, na década de 1970, em decorrência de uma série de políticas públicas e mecanismos de financiamento habitacional, como o FSH e o BNH, a moradia vertical se consolidava no tecido urbano. Nos jornais, nas páginas dedicadas às publicidades, era numerosa a presença de anúncios imobiliários. Em suas construções retóricas, era frequente um léxico aristocrático e a associação do edifício enquanto espaço eminentemente seguro. Diante disso, buscamos, a partir dos escritos de Michel Foucault, Didier Bigo e Zygmunt Bauman, analisar as associações entre cidade, disciplina e vigilância nas retóricas da publicidade imobiliária no Recife articuladas entre as décadas de 1970 e 2010, com ênfase nas rupturas. Para tal, partimos da análise de anúncios veiculados no Diário de Pernambuco. A grosso modo, identificamos três grandes pontos de inflexão: 1970, quando o esquadramento se dava de modo mais sutil e o imaginário urbano era, em grande medida, mediado pelo medo das enchentes e marés; 1990, quando o confinamento e a exclusão eram valores enfaticamente demarcados no léxico publicitário, e os enclaves fortificados (Caldeira, 2000) se espalhavam na cidade; e 2010, quando as publicidades começam a articular valores associados aos afetos, à história e à memória, ao passo que os mesmos mecanismos de vigilância são engendrados nas arquiteturas dos edifícios.

Palavras-chave: cidade; vigilância; publicidade; discurso; urbanismo.

### Introdução

O presente texto é desdobramento de uma pesquisa de dissertação de mestrado em andamento. Partimos do seguinte um recorte – como são evocados os discursos relativos à vigilância nas publicidades do marketing imobiliário? A coleta do arquivo segue em processo e, assim, buscamos delinear alguns resultados e encaminhamentos preliminares. Alocamos especificamente um olhar às relações entre moradia e segurança, com ênfase nos dispositivos de vigilância. Não trata-se de descrever as distintas tecnologias de monitoramento associadas aos imóveis e quais surgem nos anúncios, mas de compreendê-las de que forma são associadas à moradia e como vêm sendo discursivizadas pela publicidade imobiliária. Partimos de um escopo extenso, décadas de 1970 a 2010, mas centramos nossas análises em três momentos específicos: 1970, com a ascensão da moradia vertical e o crescente medo das enchentes; 2000, com a consolidação dos enclaves fortificados

---

<sup>1</sup> Mestranda do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: marcela.lins@gmail.com

(CALDEIRA, 2000) e do encastelamento enquanto paradigma comum; e pós-2010, a partir das narrativas que retomam a cidade e evocam memória, mas cujos edifícios se valem dos mesmos aparatos de monitoramento dos enclaves. Para tal apresentaremos algumas campanhas representativas.

A introdução da morada vertical na cidade se dá paulatinamente no Recife a partir da década 1930, por meio dos institutos de previdência social, com o intuito de prover os sócios com uma alternativa de habitação higiênica e confortável (AMORIM; LOUREIRO, 2005). Uma década mais tarde, o apartamento começa a angariar alguns setores da classe média – muito embora neste momento a coabitação ainda era comumente associada a famílias de baixo status social (CALDEIRA, 2000), sendo a moradia unifamiliar ainda o espaço de maior prestígio.

Foi somente em meados da década de 1970 que os atributos negativos associados aos edifícios começam a ser superados, e a cidade experienciou um eminente processo de verticalização, resultado também de políticas de financiamento habitacional, como o Fundo Social de Habitação (FSH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinham por finalidade prover a construção e o financiamento da casa própria, e que começaram a operar em larga escala a partir de 1967 (CALDEIRA, 2000).

Durante a segunda metade da década de 1970, nas páginas de jornal, eram numerosos os anúncios que propagavam esta nova forma de vida e ocupação no espaço urbano. Em muitas peças, um léxico aristocrático acompanhava imagens de imponentes edificações. Entre os exemplos: “Uma definição de status, Edifício Nossa Senhora de Copacabana”, “Para um bairro de classe, uma residência da status” e “Um luxuoso edifício em centro de terreno, isolado do tumulto e da movimentação das avenidas principais”. A tipologia multifamiliar era discursivizada pelo marketing imobiliário enquanto uma alternativa prestigiosa e livre das indefinições da cidade. Concomitante a este processo, as articulações entre o medo e o espaço urbano também vieram se reconfigurando, e as tecnologias de segurança e monitoramento aos poucos se incorporaram à gramática dos edifícios e aos anúncios que os comunicavam.

Compreendemos que a publicidade constrói simbolicamente mundos, evoca afetos e nos fornece importantes pistas acerca da vida urbana e dos gostos daqueles que a consomem. É um importante demarcador simbólico de uma determinada “cultura do morar” e coaduna padrões de comportamento e esquemas cognitivos identificados a uma determinada classe social (AMORIM;

LOUREIRO, 2005). Teresa Caldeira (2000), por exemplo, fez da publicidade um importante instrumento de análise da alta sociedade paulistana, ao encontrar nas produções discursivas das peças que mobilizavam as vendas dos imóveis um empreendimento excludente, também demarcado nas suas arquiteturas. Contudo a publicidade, como qualquer campo discursivo, é demarcada por processos de inflexão e, conforme a história se transforma, seus discursos se rearticulam – são produzidos a partir de um *a priori* histórico que determina sua aparição –, e é sobre estas rearticulações que desejamos nos debruçar. Compreendemos também que a publicidade, enquanto campo, não é unívoca e são diversas as suas articulações discursivas em um mesmo recorte temporal. Nosso olhar centra-se em uma busca pelas recorrências e por aquilo que é disruptivo.

Acerca do tema, compreendemos que há um eminente debate no campo dos estudos sobre a vigilância quanto à relação entre dispositivos de monitoramento e a privatização do espaço público – na medida em que estes operam circunscrevendo contornos específicos aos usos dos espaços – e, neste sentido, desejamos contribuir com o debate alocando o olhar às retóricas da vida doméstica e sua relação com as territorialidades urbanas.

### **Segurança e disciplina na cidade: algumas perspectivas**

No curso Segurança, Território, População, Michel Foucault argumenta que o planejamento das cidades é vinculado ao problema da segurança (FOUCAULT, 2008). Por sua vez, o que caracteriza a questão da segurança é a gestão da população; trata-se de um dispositivo que tem por finalidade fazer funcionar as estruturas da lei e da disciplina. Dito de outro modo, a segurança tem por questão fundamental manter o desvio dentro de limites que sejam social e economicamente aceitáveis e em torno de uma média considerada ótima para um funcionamento social dado. Assim, é na articulação entre mecanismos jurídicos e disciplinares que a questão da segurança é colocada, com a finalidade de maximizar os elementos positivos do poder, de minimizar o que é risco e inconveniência e de gerir a circulação. (FOUCAULT, 2008).

Nesse sentido, façamos uma breve digressão: a partir do século XVIII no continente europeu, com a expansão comercial e a conseqüente supressão de muros, o desenvolvimento dos dispositivos de vigilância tornou-se necessário à manutenção de uma ordem, somando às aberturas de eixos e vias largas, que garantiam um arejamento do espaço, e uma articulação entre as redes de ruas, de modo a gerir e facilitar o funcionamento do comércio.

[...] possibilitar a vigilância, a partir do momento em que a supressão das muralhas, tornada necessária pelo desenvolvimento econômico, fazia que não fosse mais possível fechar a cidade de noite ou vigiar com o rigor as idas e vindas durante o dia; por conseguinte, a insegurança nas cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo [...] tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má. (FOUCAULT, 2008: 12)

Dessa maneira, o exemplo europeu não nos surge no sentido de apontar uma ontologia da cidade – uma essência inescapável –, mas no sentido de apresentar dispositivos que atravessam as cidades e as experiências de cidade. E, neste ponto, concordamos com o filósofo quando este apresenta as articulações entre planejamento urbano e segurança – no sentido de uma gestão que tem por finalidade produzir ordem e gerir populações. Foucault argumenta ainda que a instituição polícia foi essencial para a consolidação da urbanidade, e que questões policiais são questões essencialmente mercantis e urbanas e que têm por fim a gestão e regulação de questões caras à coexistência densa.

El lazo entre policía y ciudad es tan fuerte que, a su juicio [de Jean Domat], sólo porque hubo policía, es decir, porque se reguló la manera como los hombres podían y debían, ‘primero, reunirse y, segundo, comunicarse en el sentido amplio de la palabra ‘comunicar’, es decir, cohabitar e intercambiar, coexistir y circular, cohabitar y hablar, cohabitar y vender y comprar, sólo porque hubo una policía que reglamentó esa cohabitación, esa circulación y ese intercambio, fue posible la existencia de las ciudades. (FOUCAULT, 2006: 319)

Acerca do tema, encontramos outras perspectivas em autores como Bigo (2006), que articula a segurança a valores associados de modo mais diretivo à exclusão e ao confinamento – muito embora a ordenação implique exclusão. Ao centrar um olhar às tecnologias do século XX, Bigo argumenta, a partir de uma perspectiva agambeana, que a exceção tornou-se paradigma de governo; e que isso se evidencia em práticas de segurança corriqueiras como os ostensivos monitoramentos e a delimitação entre aqueles passíveis de segurança e aqueles sob os quais o medo recai. O modelo panóptico, do olho que tudo vê, é suprimido em nome de um modelo banóptico, que tem por finalidade a gestão dos indesejáveis e a identificação do Outro enquanto inimigo, em uma política do *incômodo*. É um dispositivo que tem por fim a produção de uma sensação de segurança e que está enredado nas práticas cotidianas. Em confluência com o pensamento de Bigo, David Lyon (2006) argumenta que a abordagem panóptica é em demasiado centrada na auto-disciplina e suplanta técnicas de controle mais coercitivas, vigentes no real.

Nesse sentido, encontramos abordagens distintas, porém complementares, que nos permitem alocar um olhar à discursivização da vigilância nas narrativas sobre o morar a partir de alguns parâmetros: um vinculado à ordem – e, assim, compreendemos esses discursos enquanto aquilo que reproduz e

reitera uma determinada gestão que tem por finalidade manter o desvio em determinados parâmetros; e outro vinculado de modo mais diretivo à exclusão. Bauman e Lyon (2013) também argumentam que a segurança é uma prática relativa à maioria, e o processo de identificação do inimigo é um mecanismo de não identificar-se enquanto Outro.

Todos nós devemos identificar os inimigos da segurança para não sermos incluídos entre eles. Precisamos acusar para sermos absolvidos, excluir para evitarmos a exclusão. Precisamos confiar na eficácia dos dispositivos de vigilância para termos o conforto de acreditar em nós, criaturas decentes que somos, escaparemos ilesos das emboscadas armadas por esses dispositivos – e que assim seremos reinvestidos e reconfirmados em nossa decência e na adequação de nossos métodos. (LYON, BAUMAN, 2013: 88)

Apesar de estudos centrados em práticas de gestão alocadas nas cidades e em seus espaços públicos, os autores mencionados nos serão úteis na medida em que discorrem sobre segurança e dispositivos de vigilância – no presente texto, apenas alocamos o olhar a mais um dos atores da rede urbana, a moradia vertical.

### **Consolidação do campo publicitário e narrativas vigilantes: ordem e distinção**

Compreendemos que as relações entre medo e espaço urbano são frequentes e vieram conquistando contornos muito particulares ao longo da história. O medo urbano é algo que Foucault relacionava às cidades europeias do século XVIII que enfrentavam um proeminente processo de expansão, que culminou em uma série de medos: associados à grandiloquência dos centros, às epidemias e ao crescimento das populações, e que resultaram em uma reativa necessidade de esquadramento do espaço e de seus habitantes. No Recife, a insegurança e sua relação com o espaço urbano começou a ganhar contornos mais evidentes nas décadas de 1960 e 1970 – contudo, uma insegurança não decorrida do medo do crime violento, mas decorrida de um medo associado ao constante risco de enchentes nas bacias dos rios Capibaribe e Beberibe (MONTEIRO et. al. 2013). Na cheia do dia 18 de junho de 1975, por exemplo, as chuvas torrenciais que se somaram à maré culminaram em sete mortes e mais de 3.000 desabrigados. No estado, o saldo resultou em uma centena de mortes e 350 mil desabrigados. Este risco contribuiu para a desvalorização de determinadas áreas da cidade em detrimento de outras e, neste momento, eram numerosos os anúncios referentes a áreas como Pina, Boa Viagem e adjacências, regiões distantes dos estuários.

Até meados da década de 1970, muitos anúncios consistiam em breves textos, sem qualquer ilustração ou fotografia. As publicidades demarcavam atributos como localização, descrição do apartamento e do edifício. Quantidade de quartos, materiais do piso, das esquadrias e tipo de hall

eram comumente citados. Somente a partir de 1975 que propagandas mais robustas emergem enfaticamente, com imponentes ilustrações e um evidente léxico associado à aristocracia e à nobreza, como em: *“No Andros, o ponto alto é a distinção. Cobertura de alto luxo”*<sup>2</sup> e *“No centro, o luxo”*<sup>3</sup>. Referências ao passado colonial também se evidenciavam, como na propaganda *“Inspirado nas antigas casas grandes e célebres engenhos de açúcar”*<sup>4</sup>. Fotografias em contra-plongée e desenhos robustos acompanhados de frases em caixa-alta eram modelo comum de publicidade veiculada à época, que pareciam ainda buscar suplantar um padrão que relacionava a topologia multifamiliar a espaços de pouco prestígio, com frases de efeito e referências às altas classes sociais.

A referência à segurança ainda era, em muito, mediada por uma segurança financeira. *“Um patrimônio seguro para um lugar feliz”*<sup>5</sup> e *“A segurança e garantia de um bom investimento na área de maior valorização do Recife [...] luxo pelo menor preço da avenida”*<sup>6</sup>, sendo incomuns referências mais diretas em relação a uma segurança da cidade. Porém, referências a determinadas zonas eram comumente mencionadas – sobretudo Boa Viagem e Pina, como já mencionado. Tecnologias de vigilância acopladas aos edifícios ainda não figuravam em excesso, assim como menções diretas à segurança. Durante os anos 1970, fitas cassetes eram usadas para gravar imagens provenientes de câmeras de vigilância; contudo, referências a tecnologias eletrônicas raras vezes surgiam – como no anúncio do edifício Skorprios: *“Esplanada superluxuosa dotada de requintes tais como [...] circuito interno de TV (do seu próprio apartamento você vê sua visita na portaria)”*<sup>7</sup>. A descrição do que se tratava o dispositivo ainda se fazia necessária, o que nos indica uma pouca profusão do fenômeno. As menções à segurança, muitas vezes, se referiam às condições de pagamento e financiamento.

Outro ponto a ser destacado são as referências à vigilância *para a cidade*. Se as tecnologias de monitoramento ainda não se incorporavam com frequência na arquitetura do edifício – e tampouco eram reiteradas pelas retóricas do marketing imobiliário –, as relações entre altura e possibilidade de avistar o território recorriam: *“Você vê das varandas o Recife até perder de vista”*<sup>8</sup> ou *“Do alto, você*

---

2 Caderno Classificados, Diário de Pernambuco, 28 de maio de 1978.

3 Caderno Classificados, Diário de Pernambuco, 11 de janeiro de 1976.

4 Caderno Classificados, Diário de Pernambuco, 11 de janeiro de 1976.

5 Caderno Classificados, Diário de Pernambuco, 6 de abril de 1975.

6 Caderno Classificados, Diário de Pernambuco, 12 de outubro de 1975.

7 Caderno Classificados, Diário de Pernambuco, 1 de setembro de 1974.

8 Caderno Classificados, Diário de Pernambuco, 3 de setembro de 1978.

pode julgar melhor que ninguém”<sup>9</sup>. Uma espécie de panoptismo, onde um exercício de prestígio e poder é reiterado a partir da possibilidade da visão totalizante.

### **Enclaves fortificados: um novo paradigma de segregação**

Teresa Caldeira (2000) descreve e analisa a urbanização das cidades enquanto processos demarcados por violência e pela delimitação de fronteiras físicas e simbólicas. De acordo com a pesquisadora, a segregação, tanto espacial quanto social, é uma característica importante das cidades. Como argumenta a antropóloga: *“As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Estas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam”* (CALDEIRA, 2000: 211).

Ao observar o processo de urbanização da cidade de São Paulo, a autora aponta ainda três formas distintas de segregação ao longo da história: (1) do final do século XIX até 1940, se experienciou uma cidade concentrada, em que os diferentes grupos sociais se comprimiam em uma área urbana pequena, porém se segregavam por tipo de moradia; (2), dos anos 1940 a 1980, quando grupos são separados por grandes distâncias, e as classes mais abastadas se concentram em regiões centrais, com boa infraestrutura, e os mais pobres nas precárias e distantes periferias; e (3) a partir dos anos 1980, uma nova estruturação vem à tona, suplantando o binarismo centro-periferia, com o surgimento de espaços em que diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, porém separados por muros e tecnologias de segurança – modelo sintetizado pelo surgimento dos enclaves fortificados.

Espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho, os enclaves fortificados se multiplicaram no tecido urbano e se tornaram lugar-comum na ordenação do espaço. Sob uma lógica de abandono da ordem pública, estes locais enfatizam o que é privado ao passo que o desvalorizam o que é público. Neste período, ficou evidente que as grandes cidades brasileiras dialogavam mais com a Paris de Haussman, com seus bulevares que incorporavam o anonimato e o individualismo, do que com valores universalistas e comunais.

A partir deste processo, tecnologias de segurança foram rapidamente incorporadas pelo léxico publicitário. Anúncios vendiam apartamentos com guarita, câmeras de vigilância, cerca elétrica e

---

9 Caderno Classificados, Diário de Pernambuco, 18 de janeiro de 1970.

variados itens de lazer: “Você nem precisa sair de casa”, “Requinte e segurança”. “Em Boa Viagem, o espaço para sua liberdade”. Pensando com a antropóloga, os usos de meios reais de separação eram complementados por uma elaborada rede simbólica que transformava separação, restrição e vigilância em status. É uma forma de ocupação do espaço urbano que nega o presente e, em um exercício de refeitura, transforma a vida possível na vida intramuros. São utopias conservadoras, degeneradas (HARVEY, 2000).

Assim, as décadas de 1990 e 2000 são marcadas por um processo em que valores que associam encastelamento à status são comumente evidenciados. De acordo com Monteiro *et. at* (2003), a questão da segurança começa a desempenhar um papel fundamental na aceitação dos apartamentos como solução de moradia sobretudo a partir dos anos 2000, quando os edifícios passaram a ampliar a extensão dos seus muros e se equiparam com sofisticadas tecnologias de segurança e monitoramento. Em confluência com a ascensão da securitização, muitos edifícios anteriores à profusão dos enclaves fortificados, com muros baixos e portarias simples, começaram a incorporar as novas tecnologias e a erguer imponentes muros e guaritas (CALDEIRA, 2000).

Neste momento, anúncios indicavam circuito de TV na portaria, câmera em todos os andares, segurança eletrônica com infra-vermelho 24 horas e portaria com cartão magnético. Associado aos valores vinculados à ostensiva vigilância, recorriam anúncios que enfatizavam uma homogeneidade social e a ausência de conflito no espaço comum. Em uma campanha veiculada pela imobiliária e incorporadora Moura Dubeux em 2010 intitulada *Eu fui além*, moradores de edifícios da empresa narravam a vida no condomínio:

São pessoas que têm a mesma cultura, convivem bem juntas. Eu gosto bastante. Conheço as mães. Tá tudo perto. Ele também. Tem os amigos que eu conheço as mães, conheço os hábitos. É fácil de acompanhar. Tem um amigo da minha sala que mora aí. Como se fosse a mesma coisa de quando éramos todos solteiros morando em casa, só que com esse convívio e cada um com a sua independência. Os vizinhos têm uma convivência de um quebrar o galho pro outro. Tá sempre pegando o filho, levando os dois juntos. Estão indo pras mesmas festas, pras mesmas atividades esportivas, mesmo curso de inglês de tarde. Aí uma leva, a outra pega. Tem criança suficiente pra isso

aqui. É muito melhor. É muito mais sossegado, porque eu tô perto deles, eu me sinto segura. Tô aconchegada aqui, sabe? É diferente. Campanha “Eu Fui Além”, da Moura Dubeux<sup>10</sup>.

A campanha do edifício Eternity, neste sentido, é também ilustrativa do argumento em questão. Uma fotografia de um alto edifício, sobreposta por uma fotografia de uma criança branca é acompanhada do seguinte texto:

Ele precisa de liberdade, você precisa de segurança. Perfeito. Playground, mini-campo, piscina e salão de festas; O edifício Eternity, mais um grande empreendimento com a qualidade Romarco. Liberdade para seus filhos, segurança para você e localização privilegiada: pertinho da Praça de Casa Forte e próximo a colégio, supermercados e hospitais. Guarita abrigada, circuito interno de TV (Diário de Pernambuco, 3 de abril de 2005, Classificados)

Outro exemplo representativo é a campanha do empreendimento Le Parc Boa Viagem, um condomínio-clubes que obteve grande projeção na ocasião de seu lançamento. Protagonizada pelo ator Marcelo Anthony, a campanha se materializou em uma série de vídeos. Em um deles, o artista argumenta:

O lugar onde todo mundo sonha passar alguns dias, você vai poder passar a vida inteira. Ainda mais depois de conhecer o Classic Home, uma gestão de condomínio com serviços exclusivos para sua vida ficar muito mais tranquila. E os apartamentos são maravilhosos. Olha só que beleza: sofisticação em 3 ou 4 quartos, com até 4 suítes Campanha Le Parc Boa Viagem<sup>11</sup>

Assim, neste sentido, encontramos confluências com o argumento de Setha Low (2000) de que as comunidades muradas são espacialidades heterotópicas – sendo as heterotopias lugares de alteridade, cujas tecnologias e disciplinas da ordem social são suspensas e reordenadas –, na medida em que se colocam enquanto espaços sacralizados, apartados das indefinições e perigos do espaço urbano. Ainda de acordo com a autora, estes espaços são concebidos a partir da supressão e subversão da experiência urbana enquanto fornecem os benefícios da vida comunal. São formas de existência que contribuem para uma geografia das relações sociais que produz medo e ansiedade. E, neste processo, o empreendimento da segurança e do monitoramento são essenciais ao seu funcionamento.

Ao lançarmos olhares às campanhas em questão, as peças que discursivizam os edifícios parecem enfatizar um discurso que os aloca enquanto espaços sacralizados – contudo, não recaímos no argumento de que as comunidades muradas e enclaves fortificados de maneira geral são concebidos

---

10 A transcrição foi realizada em 2014 a partir de vídeo disponibilizado na plataforma YouTube, no canal oficial da incorporadora. Em fevereiro de 2019, o material não se encontra mais disponível.

11 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BHNpjNGzmv8> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

enquanto completamente apartados de uma exterioridade. Concordamos com Klauser (2010) que, a partir da teoria da esferologia de Sloterdijk, argumenta que as bolhas (esferas) e espumas (múltiplas bolhas, acêntricas) são valiosas metáforas para explicar como nos relacionamos com as territorialidades urbanas. São delimitações frágeis porém bem definidas que mediam nossa relação com o mundo; e, neste sentido, passíveis de falhas e continuidades. O que nos concerne neste tópico, contudo, é como os discursos articulados pelo marketing imobiliário parecem endossar uma narrativa que enfatiza valores associados à homogeneidade social e ao controle.

### **Minha cidade, meu lugar: afeto, memória e vigilância**

Em 2017, a Moura Dubeux Engenharia e Empreendimentos S/A lançou a campanha *Minha Cidade Meu Lugar*, em que historiadores, moradores e transeuntes narram sua relação com algum bairro do Recife, evocando memória, afeto e sensibilidades. No texto de apresentação da campanha, disponível no site da incorporadora, valores associados à vida pública e à história local são priorizados.

Valorizar o bairro é uma das coisas que as pessoas fazem de melhor. Essa forma especial de se relacionar com a história do lugar onde se vive é tão forte que inspirou essa série de vídeos. Nela, mostramos um pouco de cada área das cidades onde atuamos, através dos olhares dos próprios moradores. Depois de assistir cada um deles, nós duvidamos que você também não vá achar lindas essas cidades!<sup>12</sup>

Em outro produto, no vídeo de lançamento do Mirante do Cais<sup>13</sup>, os dois edifícios residenciais que compõem o projeto Novo Recife, uma voz em off anuncia: “O Recife é a batida do coração. A cidade que mais abraça quem dela se aproxima”. Imagens aéreas do centro da cidade ilustram o argumento. “Você estará próximo do que torna o Recife histórico. Uma nova forma de ver e viver o Recife”<sup>14</sup>.

O modelo das campanhas em questão parecem se descolar do argumento anterior, que associa diretamente confinamento a prestígio e que articula valores associados à homogeneidade social. No

---

12 Disponível em <https://mouradubeux.com.br/blog/felicidade/campanha-minha-cidade-meu-lugar-homenageou-diversos-bairros-do-nordeste>. Acesso: 25 de fevereiro de 2019

13 Anunciado em 2018, o Mirante do Cais é parte do Novo Recife, projeto fruto de uma parceria entre grandes empresas do mercado imobiliário nacional e internacional: Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos, Moura Dubeux e GL Empreendimentos. O projeto prevê a construção de um complexo de 13 torres, entre empresariais e residenciais, em uma área de 10 hectares no Cais José Estelita, região onde permanecem as estruturas remanescentes da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e galpões de armazenamento de açúcar, no bairro de São José. Desde 2008, quando foi arrematado em leilão a lance mínimo, o terreno é protagonista de uma longa disputa política e jurídica.

14 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xZGQpucWjnM>. Acesso: 10 de janeiro de 2019

mesmo momento, edifícios com bicicleta, teto verde e até “floresta de bolso” são táticas e estratégias discursivas que passam a emergir nas retóricas publicitárias. Nas campanhas citadas, elementos como ausência de muros, horta urbana, preservação ao patrimônio histórico, relação com o bairro e uso de energias mais limpas se associam à moradia. Contudo, apesar das articulações discursivas mais voltadas àquilo que é público, em uma leitura mais atenta ao anúncio no Mirante do Cais, por exemplo, damos-nos conta de que a ausência de muros se refere ao espaço entre torres e que itens como guaritas eletrônicas, vigilância 24h e câmeras persistem na arquitetura do edifício. Apesar de uma retórica mais centrada a uma história da cidade e seu espaço público, os artifícios empreendidos desde a década de 1990 persistem, mas não são narrativizados de modo mais enfático.

Acerca de paradigmas de segregação, Fuentes-Rionda e Botello (2009) denominam *arquipélagos de segurança* enquanto modelo de planejamento urbano caro às cidades latino-americanas na contemporaneidade, que se materializa na fragmentação do espaço. É um planejamento que obedece a uma economia de poder que regula a distribuição espacial de determinados grupos populacionais no tecido urbano e, neste processo, cria territórios de controle e segurança, ao passo que engendra espaços de exceção, em que a política moderna funciona mediante a suspensão e afirmação da lei. Os arquipélagos de segurança são, assim, resultado de uma articulação de três estratégias: exceção, vigilância e ordenação social, e têm por fim a manutenção de determinados grupos sociais sob controle. E cujos valores associados ao confinamento são suplantados por valores associados à gestão espacial enquanto todo – sendo, assim, os enclaves fortificados mais um ator em uma rede de interdições. São formas mais sofisticadas de segregação que os literais muros. Neste sentido, eles nos fazem refletir sobre como as táticas de vigilância e, de modo mais geral, de gestão das espacialidades urbanas, são sedimentadas no espaço e demarcadas por valores que vão além das demarcações físicas – e, neste sentido são importantes de serem reiterados aqui, uma vez que nos fornecem pistas acerca de práticas discursivas mobilizadas pelas publicidades em questão. A não articulação de valores associados de modo mais diretivo ao monitoramento não implica na ausência destes mecanismos – assim como não coadunam narrativas necessariamente menos aderidas aos valores de homogeneidade e negação do extramuros.

Neste sentido, se a vigilância não aparenta ser reiterada nos discursos que mobilizam a venda dos imóveis em questão, ela não se evanesce e segue um importante dispositivo para a manutenção e regulação de uma determinada cidade, narrativizada por estas peças. Além disso, ainda nos é demasiado cedo pensar as campanhas em questão enquanto demarcadores de um período inflexivo:

elas nos surgem enquanto pistas acerca de formas de discursivizar a cidade, a moradia e a vida circunscrita nela.

### **Considerações finais**

A partir de um olhar alocado em três momentos históricos diversos, percebemos que formas de discursivizar a cidade são distintas, mutáveis e relacionadas ao espaço e ao tempo. Diante do exposto, percebemos que há diversas possibilidades de pensarmos a vigilância, com ênfase na abordagem foucaultiana, que tem por premissa a associação entre vigilância e disciplinamento, através da alegoria panóptica e nas abordagens pós-panópticas que buscam compreender a vigilância para além de sua potência docilizante, que podemos observar em autores como Lyon, Bauman e Bigo, que a associam mais diretamente à exclusão e à Soberania.

O panóptico, não enquanto estrutura de cimento e pedra, mas enquanto metáfora, segue importante para que compreendamos um conjunto de práticas que seguem recorrendo na ordenação espacial e no planejamento urbano (LYON, 2006). O olho onisciente que tudo vê – materializado nas câmeras de vigilância – segue um modelo importante para compreendemos interdição e controle sobre as espacialidades no urbano e constituem territorialidades de contornos específicos.

Assim, nos três momentos apreendidos, encontramos (a) um momento em que as tecnologias não se encontram ainda consolidadas e que o esquadrinhamento e a interdição espaciais são associadas a consolidação de uma arquitetura em vias de se tornar prestigiosa (e que se narrativiza enquanto tal), (b) um momento em que, com o aumento da criminalidade e com a aproximação entre diversas classes e grupos sociais no tecido urbano, percebemos o surgimento dos enclaves fortificados e da consolidação de sofisticadas tecnologias vigiantes e sua ostentatória narrativização e (c) indícios de um momento em que o espaço público volta à tona, sem que, com isso, as tecnologias vigilantes sejam suplantadas. Valores associados à vigilância persistem, mas parecem conviver com valores associados à história, aos afetos e à relação com o espaço urbano enquanto totalidade.

Com estas observações, percebemos que são íntimas as associações entre moradia e vigilância e percebemos indícios de como, ao longo dos anos, valores menos coercitivos aparentam se associar à moradia vertical sem que, com isso, a vigilância fosse suplantada, mas exercida em sua liquidez.

### **Bibliografia**

AGAMBEN, G. (2009). **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Goiânia, GO: Argos.

- \_\_\_\_\_. (2004). **Estado de Exceção**. Homo Sacer, II, I. São Paulo, SP: Boitempo.
- AMORIM, L. & LOUREIRO, C. (2005). **Dize-me teu nome, tua altura e onde moras e te direi quem és: estratégias de marketing e a criação da casa ideal** In: Vitruvius. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.057/505> (Acesso em 1 de maio de 2019)
- BAUMAN, Z. & LYON, D. (2014). **Vigilância Líquida**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Zahar
- Bigo, D. (2006) **Security, exception, ban and surveillance**. In: D. Lyon (org). *Theorizing Surveillance: the panopticon and beyond*. Abingdon-on-Thames: Routledge
- CALDEIRA, T. (2000) **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania na cidade de São Paulo**. São Paulo, SP: Editora 34
- FUENTES-RIONDA, R. & BOTELLO, NELSON (2009). **Archipelagos of securitization: a new logic of security and surveillance in latin american cities**. Curitiba, PR: Anais da LAVITS.
- Foucault, M. (2012) **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (2004) **O Nascimento da Medicina Social**. In: M. Foucault. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- \_\_\_\_\_. (2008) **Segurança, Território, População**. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2006) **Seguridad, Territorio, Población**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- \_\_\_\_\_. (1997) **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- HARVEY, D. (2000). **Espaços de Esperança**. São Paulo, SP: Loyola.
- KLAUSER, F. (2010) **Splintering spheres of security: Peter Sloterdijk and the contemporary fortress city**. *Environment and Planning D: Society and Space*, vol 28 (326-340).
- LOW, S. **The gated community as heterotopia** In: M. Dehaene & L. De Caeter (org). *Heterotopia and the City: Public Space in a Post Civil Society*. New York, NY: Routledge, 2008
- LYON, D. (2006) **The search for surveillance theories**. In: D. Lyon (org). *Theorizing Surveillance: the panopticon and beyond*. Abingdon-on-Thames: Routledge.
- MONTEIRO, A.; BORBA, C.; PERES, C. (2013) **Recife inseguro: a contribuição do medo na mentalidade do consumo imobiliário habitacional**. Chile: Anais do XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia.
- ROCHA, M. E. (2010) **A nova retórica do capital: A publicidade brasileira em tempos neoliberais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.